

A INCLUSÃO DO ALUNO COM MICROCEFALIA DECORRENTE DO ZIKA VÍRUS NA PRIMEIRA ETAPA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REFLEXÃO SOBRE OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES

Mayara Fonsêca Rodrigues da Silva¹
Rejane Karla de Moura Alves²
Rafaella Asfora Lima³

RESUMO

Neste artigo apresentamos os resultados da pesquisa sobre a Inclusão Educacional das crianças com microcefalia decorrente do Zika Vírus na primeira etapa da Educação Infantil, que objetivou compreender os principais desafios e possibilidades nesse processo. Foram realizadas entrevistas com docentes da sala regular, do Atendimento Educacional Especializado, Agentes de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial e com a Gerência de Educação Especial do Recife. Identificamos como desafios: falta de estrutura física nas unidades, o acolhimento por parte dos funcionários, falta de formação para os profissionais, rotina da creche e fragilidade da saúde das crianças. Como possibilidades: condições de acesso e permanência na escola, Tecnologia Assistiva e atendimento nas salas de Recursos Multifuncionais.

PALAVRAS CHAVE: Inclusão Educacional, Educação Infantil, Microcefalia, Zika Vírus.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão educacional da pessoa com deficiência tem se tornado alvo de grandes debates na atualidade. Tendo em vista a inclusão das crianças com microcefalia decorrente do Zika Vírus, essa referida pesquisa, teve como objetivo compreender quais os principais desafios e possibilidades no processo de inclusão desses alunos, na primeira etapa da Educação Infantil, sob a perspectiva do docente da sala regular, do docente do Atendimento Educacional Especializado (AEE), do Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial (AADEE), e sob a perspectiva da Técnica da Gerência de Educação Especial do Recife.

O interesse pela temática surgiu devido ao grande surto de microcefalia ocorrido no Brasil, nos anos de 2015 e 2016. Surto esse, proveniente do Zika

¹ Concluinte de Pedagogia - 2018.2 - Centro de Educação - UFPE. mayara78rodrigues@hotmail.com.

² Concluinte de Pedagogia - 2018.2 - Centro de Educação – UFPE. rk_moura@hotmail.com.

³ Doutora em Psicologia Cognitiva pela UFPE/PE. Professora do Departamento de Psicologia e Orientação Educacionais – Centro de Educação - UFPE . asforarafaella@gmail.com.

Vírus transmitido pelo mosquito *Aedes Aegypti* e que vitimou inúmeras crianças. De acordo com o Ministério da Saúde (2017), o Nordeste foi a região mais atingida, em especial o estado de Pernambuco onde foram confirmados 399 casos e 269 em investigação. A microcefalia pode causar ao indivíduo diversos comprometimentos como, por exemplo: “déficit cognitivo, problemas visuais, déficit auditivos e motores, atraso no desenvolvimento e epilepsia dentre outros comprometimentos ainda desconhecidos” (LIMA; et. al., 2017).

Desse modo, é importante pensar que as crianças oriundas do surto de microcefalia, hoje estão em idade escolar para frequentar a primeira etapa da Educação Infantil, etapa essa de extrema relevância para o pleno desenvolvimento da criança. Para Villachan-Lyra; Almeida (2019, no prelo). É inquestionável a importância de uma boa escola nesse momento de vida do bebê e criança, que lhe permitirá viver experiências e relacionamentos que não seria possível em qualquer outro contexto.

Diante do exposto, nossa pesquisa teve como relevância acadêmica e social trazer uma reflexão acerca desta temática, pois a escassez de estudos na literatura científica na área educacional aponta para um campo pouco explorado e desconhecido. Com isso, essa pesquisa visou gerar novos conhecimentos e possibilidades de intervenção, principalmente na área educacional.

Nesse sentido, primeira ação efetivada à realização da pesquisa, foi mapear alguns trabalhos na área de inclusão educacional da criança com microcefalia decorrente do Zika Vírus. Dentre os trabalhos, destacamos: Dias; Veronez, (2017); Silva, (2017); Lima; et. al., (2017); e Villachan-Lyra; Almeida, (2019 no prelo). Os resultados desses trabalhos chamam a atenção para a importância da legislação brasileira na garantia dos direitos fundamentais das crianças com microcefalia, como saúde e educação. Também destacam a importância da música na inclusão educacional e defendem que quanto mais cedo ocorrer essa inclusão irá contribuir positivamente para um melhor desenvolvimento das crianças com microcefalia. Esses estudos também apontam para falta de investimento, principalmente no que diz respeito à formação docente, também a falta de infraestrutura para inclusão educacional das crianças com microcefalia, e por fim, apontam para os principais desafios e dificuldades enfrentadas na entrada dos bebês na creche abordam questões

complexas como a caracterização da microcefalia e da Síndrome Congênita do Zika Vírus e seus desafios no cotidiano escolar.

Esse artigo se constitui por dois tópicos teóricos, um sobre Políticas de Inclusão Educacional para Crianças com Microcefalia, e outro sobre Microcefalia e Inclusão na Educação Infantil, também contém uma apresentação do procedimento metodológico realizado na pesquisa, a análise de resultados e considerações finais.

2 POLÍTICAS DE INCLUSÃO EDUCACIONAL PARA CRIANÇAS COM MICROCEFALIA

Fruto de uma luta histórica travada pelos movimentos sociais, a inclusão educacional da criança com microcefalia, é hoje um direito fundamentado e assegurado pelos marcos legais. De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, no Art. 1º compreende-se:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas. (BRASIL, 2008)

Diante disso, podemos entender no que se referem às crianças com microcefalia, que estas são consideradas pessoas com deficiência, pois as mesmas apresentam impedimentos orgânicos que em interação com a sociedade, com o meio e com as barreiras nas atitudes das pessoas acabam muitas vezes inviabilizando a sua participação com autonomia, pois as crianças com microcefalia possuem deficiências múltiplas⁴, o que torna maior o desafio no processo de inclusão educacional.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2008 foi um marco muito importante na Política de Inclusão Educacional da criança com deficiência, incluindo as pessoas com microcefalia. Veio contribuir no avanço do entendimento do conceito de deficiência, que passou do modelo médico para o modelo biopsicossocial. Outro marco importante para Política de Inclusão no Brasil foi com a Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Lei nº 13.146/15) que atribui uma série de direitos as crianças com microcefalia, visando assim, à sua inclusão e cidadania.

⁴ A deficiência múltipla é a ocorrência de duas ou mais deficiências simultaneamente.

Desse modo, a LBI (2015) busca legalmente atender às diferenças e as necessidades específicas das crianças com microcefalia, incluindo-as na sociedade, e garantindo que as mesmas possam ter e exercer seus direitos a exemplo do direito à saúde e do direito à educação como qualquer outro cidadão. De acordo com a LBI (2015), o Art. 8º enfatiza que:

É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico. (BRASIL, 2015)

Diante do exposto, fica claro que não só o Estado, mais a família e a sociedade têm responsabilidade no que diz respeito a assegurar os direitos das crianças com microcefalia, promovendo condições de igualdade, o que significa possibilitar que os mesmos possam usufruir de todas as oportunidades ofertadas na esfera pública, lhe permitindo o acesso aos bens e serviços disponíveis a todos os cidadãos.

Dias e Veronez (2017) fazem uma breve análise baseada na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto da Pessoa com Deficiência, que visa proporcionar um estudo sobre as garantias dos direitos da pessoa com deficiência, especificamente o direito à saúde e à educação. No que tange o direito a saúde, Lima (2009) salienta que:

A saúde está assegurada na Constituição Federal de 1988 como direito de todos e dever do estado, a ser garantido mediante a adoção de políticas públicas, com a garantia do acesso universal igualitário às ações e aos serviços (LIMA, 2009, p. 114. apud, DIAS; VERONEZ, 2017).

Assim como a Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Título 2, no Art. 7º, prioriza a proteção à vida e à saúde da criança e o adolescente mediante a efetivação das políticas sociais públicas desde seu nascimento, garantido condições dignas para seu desenvolvimento. No que diz respeito ao direito a educação, a Constituição Federal de 1988 no Art. 205, define a educação como “direito de todos”, no Art.206, inciso I, estabelece

“igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, já o Estatuto da Criança e do Adolescente, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, compreende também a educação como direito de todos, incluindo as pessoas com deficiência, como podemos observar no Art. 54, inciso III, “é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente atendimento educacional especializado aos portadores deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;” (Brasil, 1990).

Sobre o direito à educação, a LBI (2015), no Artigo 27, discorre que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

Dessa forma, a educação ofertada para pessoas com deficiência, dentre elas as crianças com microcefalia, seja ela em qualquer esfera (pública ou privada), em todos os níveis de ensino, sobretudo na Educação Infantil, precisa se adequar ao sistema educacional inclusivo, de modo, que vise atender as necessidades de aprendizagem dessas crianças, levando em consideração as especificidades de cada uma delas.

Figueira compreende a educação inclusiva da seguinte forma:

[...] Sua proposta tem duas definições básicas e internacionais: “Educação inclusiva significa provisão de oportunidades equitativas a todos estudantes, incluindo aqueles com deficiências severas, para que recebam serviços educacionais eficazes, com os necessários serviços suplementares de auxílios e apoios, em classes adequadas à idade em escolas da vizinhança, a fim de prepará-los para uma vida produtiva como membros plenos da sociedade.” Ou ainda: “Educação inclusiva é uma atitude de aceitação das diferenças, não é uma simples colocação em sala de aula”. (FIGUEIRA, 2009, p.106)

Sendo assim, a educação inclusiva pode ser compreendida como uma forma de acolhimento para que haja uma interação social entre os indivíduos, sem que ocorra qualquer tipo de discriminação, uma nova visão da escola, que saiba conviver com a diversidade, dando novo sentido as relações sociais existentes no contexto escolar.

A UNESCO (2005) compreende a escola inclusiva baseada no princípio de uma pedagogia que venha beneficiar todas as crianças, incluindo as crianças com deficiência, levando em consideração que as diferenças humanas são parte da sociedade, e que essa vivência é benéfica a todos os estudantes

e conseqüentemente, à sociedade como um todo. Desta forma, incluir, pode ser compreendido como uma troca de conhecimentos, onde todos ganham.

É também de suma importância que a inclusão possibilite a autonomia da pessoa com deficiência, de acordo com suas limitações. É nesse contexto que destacamos a importância dos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que são incumbidos de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de “garantir condições à sua efetivação e participação, não excluindo as pessoas com deficiência do sistema educacional em razão de suas limitações” (BRASIL, 2008). Foi implementada pelo Ministério da Educação as Salas de Recursos Multifuncionais, sala que se caracteriza por um espaço físico, com condições de acessibilidade e materiais pedagógicos para atividade do AEE. Esses materiais pedagógicos, que ao ser adaptado para atender as pessoas com deficiência, passam a ser conhecidos como Tecnologia Assistiva. Conforme Bersch (2017) Tecnologia Assistiva (TA) se configura como:

Um termo novo, utilizado para identificar todo arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e conseqüentemente promover vida independente e inclusão. (BERSCH, 2017, p.1)

No contexto mais amplo, esses artefatos apresentam um desempenho importante na inclusão das pessoas com deficiência, um lápis adaptado, por exemplo, para uma pessoa com comprometimento motor nas mãos, passa a ser caracterizado como TA. Sendo assim, a Sala de Recurso Multifuncional e a Tecnologia Assistiva pode ser um importante recurso no processo de inclusão educacional das crianças com microcefalia.

3. MICROCEFALIA E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A microcefalia resultante do Zika Vírus é uma descoberta muito recente da área médica, que ganhou visibilidade após o surto ocorrido no Brasil nos anos de 2015 e 2016. O Zika Vírus é transmitido pelo mosquito *Aedes Aegypti*, que também é um causador da microcefalia, principalmente no primeiro trimestre da gestação. Segundo Lima; et. al., (2017); “A microcefalia pode ser causada por diversos fatores, desde anormalidades genéticas até infecções

durante a gestação, como rubéola, toxoplasmose, HIV, entre outras.” De acordo com Dias e Veronez (2017):

A microcefalia é uma doença congênita que causa má formação no cérebro, fazendo com que os recém-nascidos nasçam com o perímetro cefálico reduzido. As medidas são de acordo com o sexo do bebê, para meninos, igual ou inferior 31,9 cm e, para meninas igual ou inferior a 31, 5 cm, de acordo com as recomendações dadas pela Organização Mundial de Saúde (BOGAZ, da Agência Saúde, 2016. apud, DIAS; VERONEZ, 2017,p.146).

Entretanto, além da má formação do cérebro da criança a microcefalia pode trazer diversos comprometimentos ao desenvolvimento físico e mental, como “retardo mental⁵, paralisia cerebral, epilepsia, atraso no desenvolvimento global, tudo isso a depender da relação do prognóstico da criança” (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2016. apud DIAS; VERONEZ, 2017, p.146).

As crianças com microcefalia possuem direitos como qualquer outra pessoa, do qual destacamos o direito a educação escolar. Assim, as crianças com microcefalia decorrente do surto de 2015 e 2016, estão hoje em idade de frequentar a Educação Infantil, que de acordo com a LDB nº 9.394/96 no Art. 29 podemos compreender “A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”, sendo ofertada em creches, ou entidade equivalente para crianças de até três anos e em pré escolas para crianças de quatro a cinco anos de idade.

Entendemos que a Educação Infantil é um período escolar importante para o desenvolvimento pleno da criança, além de ser um direito garantido pela legislação. Silva (2017) afirma que a aprendizagem e o desenvolvimento da criança nessa etapa educacional se dão por meio das interações e das brincadeiras entre os pares, que lhe proporciona a conviver, explorar, participar, expressar-se e por fim desenvolver-se integralmente, pois a Educação Infantil é a etapa inicial do processo de escolarização. De acordo com Bujes:

Tudo isso me leva a pensar que a experiência da educação infantil precisa ser muito mais qualificada. Ela deve incluir o acolhimento, a segurança, o lugar para a emoção, para o gosto, para o desenvolvimento da sensibilidade; não pode deixar de lado o

⁵ Optamos por manter o termo “retardo mental” para deixar em conformidade com as palavras do autor. Mas, o termo adequado a ser utilizado de acordo com a Declaração de Montreal (2004) é deficiência intelectual.

desenvolvimento das habilidades sociais, nem o domínio do espaço e do corpo e das modalidades expressivas; deve privilegiar o lugar para a curiosidade e o desafio e a oportunidade para a investigação. Por tais razões, as instituições da educação infantil são hoje indispensáveis da sociedade. (BUJES, 2001, p.21)

Diante desse cenário, percebemos o quanto a Educação Infantil pode ser significativa no processo educacional da criança, principalmente para o desenvolvimento das crianças com microcefalia.

Lima; et. al., (2017) realizaram um estudo que dialoga com a nossa pesquisa, esse estudo tinha como objetivo geral identificar se os professores da Educação Infantil das escolas regulares estão se especializando para ensinar as crianças com microcefalia. Essa pesquisa realizou um comparativo na rede pública e na rede particular de ensino, os pesquisadores selecionaram seis escolas que ofertavam a educação infantil, entre elas três da rede Pública, e três da rede particular, todas localizadas na Região Metropolitana do Recife. Foi elaborado um questionário com os seguintes aspectos: a infraestrutura adequada; a capacidade de acolhimento da escola; e a preparação dos docentes, a ser respondido por doze professores. Ao analisarem os dados coletados, os pesquisadores mostraram os seguintes resultados: ambos os professores, tanto das escolas públicas, quanto das escolas particulares, não tiveram um suporte direcionado à inclusão educacional da criança com microcefalia, e as mesmas não se sentiam a vontade de lecionar para essas crianças, alegando que além de não terem uma formação voltada para atender crianças com microcefalia as escolas não possuem uma infraestrutura adequada para acolher essas crianças. Os pesquisadores enfatizaram que:

[...] é de grande importância a compreensão da criança especial, para buscar melhores condições da mesma se enquadrar no ambiente escolar. Com isso, é dever do município e da escola oferecer capacitações periódicas para os professores trabalharem com alunos deficientes, principalmente quando se trata da microcefalia, uma condição pouco presenciada em sala de aula, mas que é de grande urgência social. Visto que, é comum que os indivíduos com microcefalia apresentem dificuldades de aprendizagem, demandando a necessidade de acompanhamento por profissionais que possam criar ambientes de aprendizagens diferentes, proporcionando a esse aluno compreender suas dificuldades e superando suas limitações. Portanto, percebe-se que as crianças com microcefalia necessitam de atenção e cuidados específicos. (LIMA; et. al., 2017).

Com isso, mesmo diante das leis existentes que asseguram a inclusão dos estudantes com deficiência, ambas às escolas (públicas e privadas) necessitam de investimentos ao que se diz respeito à formação dos

educadores que trabalham diretamente com as crianças com microcefalia, como também na infraestrutura das instituições de ensino, para que assim seja proporcionado um trabalho satisfatório para essas crianças.

4 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com a investigação de campo que segundo Marconi e Lakado (1996) a pesquisa de campo é uma fase que acontece após estudos bibliográficos, onde o pesquisador adquire um bom referencial teórico sobre o assunto. Em conformidade com Gonsalves (2001) a pesquisa de campo permite que o pesquisador tenha uma aproximação direta com o seu objeto de pesquisa.

Como proposta metodológica, este trabalho utilizou a pesquisa qualitativa, que segundo Bogdan e Biklen, compreende que:

A investigação qualitativa é descritiva. Os dados são em forma de palavras ou imagens e não números. Os resultados escritos da investigação contêm citações feitas com base nos dados para ilustrar e substanciar a apresentação. Os dados incluem transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos, documentos pessoais, memorando e outros registros oficiais. (BOGDAN & BIKLEN, 2013, p.48)

A pesquisa qualitativa é constituída por elementos bem definidos e bem estruturados, possibilitando uma melhor compreensão voltada à solução do problema. O nosso campo de pesquisa se constituiu por quatro Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), e da Gerência de Educação Especial do Recife. Para aquisição dos dados tivemos como participantes da pesquisa, três professores da sala regular, três professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), três Agentes de Apoio ao Desenvolvimento Educacional Especial (AADEE) e a técnica responsável pela Gerência de Educação Especial da Cidade do Recife, totalizando dez entrevistados. A escolha desses participantes se deu pelo fato de atuarem diretamente com o nosso objeto de pesquisa.

Para atender os objetivos dessa pesquisa utilizamos como instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturada, que de acordo com Triviños:

Podemos entender por entrevista semiestruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, frutos de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebe as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu

pensamento e de suas experiências dentro do foco principal coletado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS,1987,p. 146)

Através desse instrumento, o pesquisador tem a possibilidade de por meio da fala do informante pesquisado, de estruturar suas perguntas para obter mais informações em torno da problemática central. A mesma (entrevista semiestruturada) ocorreu no espaço em que os sujeitos entrevistados atuam (CMEIs e na Gerência de Educação Especial do Recife). Toda coleta se realizou através de um encontro direto com as pessoas pesquisadas, por meio de perguntas realizadas pelo pesquisador aos entrevistados, as respostas foram registradas através de gravação de voz.

Depois que obtivemos todas as coletas dos dados das entrevistas, transcrevemos todos os materiais, respeitando os detalhes da fala do entrevistado como: repetições, pausas e vícios de linguagens. Em seguida realizamos a leituras dos mesmos, tentando captar detalhes do que se foi falado, para identificação da categorização. Câmara afirma que:

Inicia-se o trabalho escolhendo os documentos a serem analisados. No caso de entrevistas, elas serão transcritas e a sua reunião constituirá o corpus da pesquisa. Para tanto, é preciso obedecer às regras de exaustividade (deve-se esgotar a totalidade da comunicação, não omitir nada); representatividade (a amostra deve representar o universo); homogeneidade (os dados devem referir-se ao mesmo tema, serem obtidos por técnicas iguais e colhidos por indivíduos semelhantes); pertinência (os documentos precisam adaptar-se ao conteúdo e objetivo da pesquisa) e exclusividade (um elemento não deve ser classificado em mais de uma categoria). (CÂMARA, 2013, p.183)

O processo de transcrição, quando realizado fielmente, possibilita ao pesquisador uma melhor apropriação do conteúdo favorecendo uma melhor interação e percepção das categorias que respondam a indagação da pesquisa.

Todos os dados presentes nesse artigo foram interpretados por meio de análise de conteúdos. Câmara (2013), em conformidade com Bardin, define a análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47. Apud, CÂMARA, 2013, p.182).

Compreendemos que a análise de conteúdo é um instrumento fundamental na construção de um resultado de uma pesquisa, ou seja, um

conjunto de técnicas utilizadas para investigar, explorar dados de um determinado texto, a fim de obter objetivos fragmentos que venham contribuir no resultado da investigação.

5 ANÁLISE DE RESULTADOS

Para promover uma melhor compreensão das análises descritas nesse artigo, apresentaremos abaixo um quadro contendo dados de identificação dos sujeitos que participaram dessa pesquisa.

Quadro 1: dados de identificação dos sujeitos

| Sujeitos | Função | Idade | Sexo | Formação Acadêmica | Especialização | Tempo de atuação na área | Unidade educacional que atua |
|----------|-------------------|---------|----------|---|-------------------------------------|--------------------------|------------------------------|
| S1 | Profª AEE | 44 Anos | Feminino | Ensino superior Graduação em Pedagogia. | Pós-graduação em educação Especial | Há mais de 25 anos | Creche 1 |
| S2 | Profª AEE | 54 Anos | Feminino | Ensino superior Graduação em fonoaudiologia e Pedagogia | Pós-graduação em Educação Especial | 24 anos e 8 meses | Creche 2 |
| S3 | Profª AEE | 57 Anos | Feminino | Ensino superior Graduação em Comunicação Social | Pós-graduação em Educação Inclusiva | 10 anos | Creche 3 |
| S4 | Profº S.R | 57 Anos | Feminino | Ensino superior Graduação em Psicologia | Pós-graduação em Educação Especial | Mais de 25 anos | Creche 2 |
| S5 | Profº S.R | 41 Anos | Feminino | Ensino superior Graduação em pedagogia | Pós-graduação em Psicopedagogia | 16 anos | Creche 4 |
| S6 | Profº S.R | 47 Anos | Feminino | Ensino superior Graduação em Pedagogia e Licenciatura em Psicopedagogia | Não | 1 ano e 6 meses | Creche 3 |
| S7 | AADEE | 34 Anos | Feminino | Ensino superior Licenciatura em História e cursa Pedagogia | Não | 3anos | Creche 1 |
| S8 | AADEE | 25 Anos | Feminino | Ensino superior Graduada em Pedagogia e Psicologia. | Não | 2 anos | Creche 2 |
| S9 | AADEE | 28 Anos | Feminino | Ensino superior Graduada em administração | Não | 6 anos | Creche 1 |
| S10 | TGEE ⁶ | 49 Anos | Feminino | Ensino superior | Pós-graduação em Educação Especial | 28 anos | GEE |

Fonte: autoras, 2018.2

⁶ Técnica da Gerência da Educação Especial.

Nossa pesquisa se configura por dez participantes identificados no quadro acima, sendo três docentes do Atendimento Educacional Especializado (AEE), três docentes da sala regular, três Agentes de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial (AADEE) e a Técnica da Gerência da Educação Especial do Recife.

As dez participantes dessa pesquisa, aqui serão nominadas como: S1, S2 e S3 para as três docentes do Atendimento Educacional Especializado (AEE), S4,S5 e S6 para as três docentes da sala regular, S7, S8 e S9 para as três Agentes de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial e S10 para a Técnica da Gerência de Educação Especial. Desse modo, as docentes do AEE, S1,S2 e S3 têm faixa etária entre 44 a 57 anos, são do sexo feminino, possuem Pós-graduação em Educação Especial e já atuam na área entre 10 e 25 anos. As docentes da sala regular, S4, S5 e S6 tem faixa etária entre 41 e 57 anos, são do sexo feminino, apenas uma delas a S4 possui Pós-graduação em Educação Especial, a S5 Pós-Psicopedagogia, e a S6 não possui especialização, e já atuam na área entre 1 ano e meio e 25 anos. As Agentes de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial S7, S8 e S9 têm faixa etária entre 25 e 34 anos, são do sexo feminino, todas elas não possuem especialização, e atuam na área entre 6 meses e 3 anos. E a Técnica da Gerência de Educação Especial S10 tem 49 anos, é do sexo feminino, possui Pós-graduação em Educação Especial e atua na área há 28 anos.

Dentre os entrevistados identificamos que cinco dos sujeitos têm especialização em Educação Especial e Educação inclusiva. São elas: S1, S2,S3, S4 e S10. Três deles são professores do AEE, estando de acordo com a legislação que afirma por meio do a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que “Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada.” (BRASIL, 2008) Essa exigência requer do profissional uma melhor apropriação na área que ele irá atuar, tendo em vista que o atendimento educacional especializado não é uma complementação das atividades escolares,mas práticas de atendimentos que favoreça ao aluno ter acesso a educação vivenciada no âmbito educacional.

Em nossa pesquisa os resultados se dividem em categorias principais: a respeito dos desafios no processo de inclusão educacional dos alunos com

microcefalia decorrentes do Zika Vírus, e das possibilidades encontradas pelos sujeitos pesquisados sobre esse processo de inclusão.

5.1 Principais desafios na inclusão dos alunos com microcefalia decorrentes do Zika Vírus

Através do relato dos entrevistados a respeito dos desafios no processo de inclusão das crianças com microcefalia, podemos destacar cinco subcategorias: 1- a falta de estrutura física nas unidades educacionais, 2- o acolhimento por parte dos funcionários, 3- a falta de formação para os profissionais, 4- a rotina da creche e 5- a fragilidade da saúde das crianças.

- **A falta de estrutura física nas unidades educacionais**

Configura-se como um dos principais desafios que foram apontados por todas as categorias dos participantes da pesquisa, das professoras do Atendimento Educacional Especializado, das professoras da sala regular, dos Agentes de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial e da Técnica da Gerência de Educação Especial. Vejamos nas falas do S1, S5, S7 e S10:

Desafio aqui dentro é a desestrutura, física mesmo, não tem estrutura física para eles aqui, alias, não tem estrutura né? (S1)

A questão às vezes da falta de espaço físico mais adequado para a gente atender essas crianças também é um desafio. (S5)

Um outro desafio é a parte estrutural em si. (S7)

Questões de acessibilidade no que diz respeito a algumas construções (rampas). (S10)

Como podemos observar na fala desses sujeitos, que a desestrutura física, ou a falta de estrutura física nas unidades educacionais torna o processo de inclusão das crianças com microcefalia mais difícil, tanto no que se refere à questão de acessibilidade, como em relação às condições adequadas do ambiente escolar.

Pois, como sabemos, ao se tratar principalmente da inclusão educacional da criança com deficiência é imprescindível que exista o mínimo de estrutura que atenda as necessidades dessas crianças. Visando assim, êxito no processo de inclusão.

Nesse sentido, Villachan-Lyra e Almeida (2019, no prelo) afirmam que:

É importante também, dentro do possível, adequar o espaço físico da escola para acolher todos, como, por exemplo, adaptar o parquinho para cadeirantes, o mobiliário da sala de aula, os utensílios para alimentação e etc.

Desse modo, compreendemos ser algo fundamental a estrutura das unidades escolares, elas devem estar preparadas como um todo, para que permita o acesso das crianças com microcefalia a essas unidades, e assim se torne mais propícia a inclusão educacional dessas crianças.

- **O acolhimento por parte dos funcionários nas unidades educacionais**

O acolhimento é outro grande desafio no processo de inclusão dos alunos com microcefalia, é apontado pelos participantes da pesquisa na categoria das professoras do Atendimento Educacional Especializado.

Os professores do AEE assumem um papel importante no processo de inclusão dos alunos com microcefalia, pois são incumbidos de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de garantir condições a efetivação e participação aos alunos, não excluindo as pessoas com deficiência do sistema educacional em razão de suas limitações. Vejamos as falas do S1 e S2:

O principal desafio para mim é primeiro lugar o acolhimento, porque muito mais do que o material, do que o espaço físico tudo isso a gente consegue, como professora do AEE há condições para atender, mas agente não consegue, é... trabalhar o outro profissional, que a gente vai ter que trabalhar junto, colocar amor dentro dele, enquanto ele não tem, a gente consegue até sensibilizar superficialmente. (S2)

Em primeiro lugar ser aceito, como parte do todo". (S1)

Verificamos que o acolhimento aparece de forma contundente nas falas desses sujeitos. Pois, se percebe que na fala do S1 mesmo através de outras palavras, mas tendo o mesmo sentido, se referindo a questão do acolhimento na aceitação da criança com microcefalia no grupo escolar.

O acolhimento é também apontado como um dos principais desafios nos estudos de Villachan-Lyra e Almeida (2019, no prelo).

“Acolher”, nesse caso, não é igual a “Ter vontade política de receber” ou apenas colocar no ambiente escolar. Equivale a um conjunto de medidas que viabilizam esse acolhimento, tais como adequação da infraestrutura de acessibilidade e recursos humanos que realmente

promovam essa inclusão, envolvendo qualificação dos funcionários e educadores. (VILLACHAN-LYRA; ALMEIDA, 2019, no prelo)

Com isso, percebemos o quão é relevante ao processo de inclusão das crianças com microcefalia, que elas sejam aceitas e bem acolhidas por todos aqueles que compõem o âmbito escolar, além disso, é preciso também que exista toda uma infraestrutura para receber essas crianças.

Nesse sentido, Figueira (2008) complementa afirmando que “Educação inclusiva é uma atitude de aceitação das diferenças, não é uma simples colocação em sala de aula.”(p.106)

Villachan-Lyra e Almeida (2019, no prelo), também afirmam que “A atitude de acolhimento e suporte é essencial, bem como a certeza de que se pode fazer diferença na vida dessas crianças e suas famílias”.

Diante disso, entendemos que o acolhimento no ambiente educacional perpassa por várias esferas, que vai desde a criança ser bem aceita pela comunidade escolar, como também, a criação de uma estrutura adequada na escola para receber essas crianças. O acolhimento é uma questão fundamental para que a Inclusão Educacional dos alunos com microcefalia ocorra de fato.

- **A falta de formação para os profissionais**

Também aparece como sendo um dos grandes desafios para o processo de inclusão das crianças com microcefalia. Sendo apontada de forma bem expressiva pelos professores da sala regular e pelos Agentes de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial. Vejamos nas falas do S5, S6, S7 e S8:

Eu acho que o primeiro e grande desafio, eu acho que já falei para vocês que é a questão da nossa formação, mesmo enquanto profissional, a gente é falho nessa formação. (S5)

Preparo! É o professor antes da entrada da criança ter uma capacitação de como ele deve receber essa criança. (S6)

Porque se é para incluir e ver a evolução, então tem que preparar o profissional que vai lhe dá com ele, isso é inclusão. (S7)

A falta de formação mesmo, não do teórico, mas da coisa prática do dia à dia, de como alimentar, dá banho nessa criança, foi coisa que eu aprendi apanhando. (S8)

Observamos que em todas as falas citadas acima apontam para falta de formação como sendo um dos principais desafios que interfere diretamente no

processo de inclusão das crianças com microcefalia. Tanto os professores da sala regular, como os Agentes de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial (AADEE), são profissionais que também lidam diretamente com essas crianças, e por isso também necessitam de capacitação específica para atuarem da melhor forma possível na inclusão desses alunos. De acordo com Lima; et. al. (2017).

[...] é dever do município e da escola oferecer capacitações periódicas para os professores trabalharem com alunos deficientes, principalmente quando se trata da microcefalia, uma condição pouco presenciada em sala de aula, mas que é de grande urgência social. Visto que, é comum que os indivíduos com microcefalia apresentem dificuldades de aprendizagem, demandando a necessidade de acompanhamento por profissionais que possam criar ambientes de aprendizagens diferentes, proporcionando a esse aluno compreender suas dificuldades e superando suas limitações.

Portanto, percebe-se que as crianças com microcefalia necessitam de atenção e cuidados específicos e principalmente de profissionais capacitados, tanto da parte teórica, como da prática. Para que assim, os profissionais possam melhor lidar com essas crianças, e criem meios e estratégias para que elas possam se desenvolver.

- **A rotina da creche**

A rotina é um desafio bem pontual que é citado apenas pelos Agentes de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial (AADEE), que se configura como “uma categoria pedagógica que os responsáveis pela educação infantil estruturam para, a partir dela, desenvolver o trabalho cotidiano nas instituições de educação infantil” (BARBOSA, 2006, p.35). Vejamos as falas do S7 e S9:

Primeiro para creche é rotina, é, eles tem uma necessidade de às vezes sair da rotina, e a rotina é pesada. (S7)

Adaptar ele a uma rotina, respeitando o direito dele de não querer ou de não conseguir participar dessa rotina. Qual é a dificuldade maior? Entender que ele é incluso, e por isso mesmo ele também tem particularidade, e aqui como tem a rotina, é difícil, é difícil entender que ele tem a particularidade dele. (S9)

Percebe-se que apenas o S7 e o S9, ambos Agentes de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial (AADEE), citam a rotina da creche como um desafio no processo de inclusão das crianças com microcefalia, pois esses profissionais lidam diretamente com elas, ficando responsáveis pelo cuidar, no que diz respeito a alimentação, a higiene e o bem estar dessas crianças.

Sendo eles, os profissionais que passam mais tempo com elas nas unidades escolares, a criança só fica na creche se houver a presença desse profissional.

O S7 salienta ainda que:

Ele dorme porque ele toma medicação, quando ele dorme fora da hora ele sai da rotina, aí eu acordo ele porque ele tem que tá incluso na rotina, já que ele tá incluso na sala, ou eu deixo ele dormir, porque ele tem uma especialidade que os outros não tem de tomar a medicação. (S7)

Observando a fala do S7, percebemos que as crianças com microcefalia necessitam de cuidados específicos, e por esse motivo, muitas vezes fica difícil para elas acompanhar o ritmo da rotina escolar.

Desse modo, Villachan-Lyra e Almeida (2019, no prelo), também compreendem que a rotina com essas crianças demandam de cuidados específicos, mas também propõe a necessidade de adaptar a prática pedagógica às suas características e necessidades.

Elas também defendem que a inclusão da criança nas atividades de rotina realizadas na creche é de suma importância. Pois, entendem que incluir não significa apenas colocar a criança no ambiente escolar, vai, além disso, deve proporcionar a ela as condições para sua efetiva participação no cotidiano da escola.

Portanto, entendemos que a rotina se configura como parte importante no processo de inclusão dessas crianças nas unidades educacionais.

- **A fragilidade da saúde das crianças**

É mais um dos desafios no processo de inclusão dos alunos com microcefalia que é apontado pelos entrevistados S1 e S3, que se enquadram na categoria das Professoras do Atendimento Educacional Especializado. Na fala do S3 essa questão aparece de forma bem expressiva, vejamos:

Muitas vezes as estimulações e a própria vivência na sala de aula é prejudicada por conta das doenças que ele tem. É um desafio sem dúvida para a gente na sala de aula, eles como adoecem muito. (S3)

Percebemos que o S3 aponta para a questão da fragilidade da saúde da criança, pois, como sabemos a microcefalia decorrente do Zika Vírus foi descoberta há muito pouco tempo, e existem diversos comprometimentos que o Zika Vírus pode ocasionar a essas crianças, mas que ainda são desconhecidos na área médica, e conseqüentemente esse quadro interfere em

todas as esferas da vida dessas crianças, principalmente em sua vivência escolar.

De acordo com Dias e Veronez (2017) “a criança portadora de microcefalia precisa de um acompanhamento, que varia de caso a caso, observando o nível da gravidade e da sequela” (p. 157). Dessa forma entendemos que cada criança com microcefalia terá uma particularidade a depender da sua sequela e que precisará de tratamentos específicos que irão auxiliar em seu desenvolvimento.

O S1 ressalta em sua fala que:

Então o primeiro desafio já vem da saúde, né? Porque eles têm algum atendimento, mas se você comparar, o que um tem, e o que o outro tem, não tem comparação, e se você comparar o desenvolvimento, o que é incomparável entendesse?. (S1)

Podemos observar na fala do S1 que a questão da saúde também se configura em relação aos atendimentos que as crianças com microcefalia recebem. Para ele, quanto mais a criança for submetida a esses atendimentos, ela terá um melhor desenvolvimento, e assim, contribuirá para sua inclusão.

Dias e Veronez (2017) ressaltam que “As crianças microcéfalas possuem direitos como quaisquer outras pessoas”. No que se refere ao Direito a Saúde, esse é garantido por lei e expresso na Constituição Federal no art. 196:

Art. 196 A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

Sendo assim, entendemos que a saúde é um direito de todos, e que o Estado tem o dever de ofertar as crianças com microcefalia todo o atendimento necessário. Diante disso, compreendemos a questão da saúde como algo primordial para essas crianças.

5.2 Possibilidades da inclusão dos alunos com microcefalia decorrentes do Zika Vírus

De acordo com os relatos dos entrevistados estabelecemos duas subcategorias: 1- Condições de acesso e permanência na escola; 2- Tecnologia Assistiva e o atendimento na Sala de Recursos Multifuncionais.

- **Condições de acesso e permanência na escola**

Dentre os sujeitos que participaram da pesquisa, o S1, S6 e S10 partilham do mesmo pensamento no que se refere às condições para o acesso e permanência dessas crianças nas creches. A seguir, trechos dos relatos dos sujeitos nos fornecem elementos para a compreensão deste aspecto.

Um das queixas minhas em cada formação que a gente vai...a gente, não existe! É a falta de planejamento. Se você está grávida hoje, e sabe que é gêmeos, você vai comprar roupa para um só, vai comprar para dois? Os meninos estão inclusos desde o ano passado. Bruno tá na lista de matrícula desde ano passado, aliás, desde 2015 que todo mundo sabia que esses meninos iam chegar nas unidades [...] aqui não tem estrutura, têm três. Pedrinho⁷ que não está frequentando por que não tem AADDE (S1).

Tem que ter todo o suporte, por que não adianta jogar a criança em uma unidade de ensino, e não ter nenhum suporte para ela desenvolver, tanto os materiais pedagógicos, quanto os materiais...é que ela possa para ela, adaptados para ela, porque se não tiver não adianta colocar a criança se não tiver um professor preparado, não tiver uma instituição preparada para receber essas crianças. (S6)

Então assim, é o que a secretaria de educação teve condições de oportunizar pra que essas crianças tivessem o acesso, fosse garantido à permanência delas na, na sala e as possibilidades de desenvolvimentos que essas crianças poderão ser expostas, todas elas estão sendo, por que cada unidade dependendo de sua estrutura possibilita aprendizagens [...] As crianças brincam, as crianças chamam o nome deles, as crianças levam eles, pegam a cadeira de rodas, leva para um canto, levam para outro [...] tudo isso são possibilidades que estão sendo expostas (S10).

Diante dos relatos acima, o S1, S6 e S10 reconhecem a importância da inclusão dessas crianças nas creches para o seu desenvolvimento, porém, os S1 e S6 em seu depoimento externam uma inquietação no que diz respeito ao planejamento, por parte da Gerência de Educação do município, no que tange aos recursos pedagógicos e a carência de profissionais habilitados para trabalhar diretamente com esse público. Essas pendências vão ao encontro com que estabelece o MEC/SEESP (2008)

Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

⁷ Nome fictício para não identificar a criança .

Esses recursos são de suma importância, pois além de ser legal, é necessário para a efetiva inclusão e desenvolvimento da criança, dando condições de acesso e permanência. Silva, também enfatiza que:

Mesmo amparados pela lei, o que percebemos é que não há, em sua totalidade, a garantia de um ensino inclusivo nas escolas, que não ocorre por diversos fatores. Podemos destacar alguns: escolas sem acessibilidade infraestrutural; falta de materiais adequados [...], além de outros fatores que possam contribuir cada vez mais para o desenvolvimento desses alunos. (SILVA, 2017, P.75)

O enfoque da escola inclusiva é ofertar condições, aonde as pessoas com deficiência venham se desenvolver, de acordo com sua capacidade, e gozem dos mesmos direitos dos demais alunos.

Por outro lado, o S10 pontua em sua fala, que a Secretaria de Educação tem oportunizado condições de acesso e permanência para essas crianças, e mesmo diante das estruturas de cada unidade, ocorrem possibilidades de aprendizagens por meio da interação com seus pares. Esses avanços se deram devido a inclusão dessa criança no âmbito educacional. Silva destaca que:

[...] percebemos o quanto é importante a inclusão de alunos com deficiência em sala de aula, pois, assim, conseguimos eliminar tudo que impeça esses alunos de serem inseridos no ambiente escolar, como também de participar das atividades trabalhadas em sala de aula. (SILVA, 2017, p.81)

Diante das barreiras enfrentadas por essas crianças, entendemos que quanto mais cedo ela for estimulada e for inserida no ambiente escolar, mais rápido ocorrerá o seu desenvolvimento, tendo mais chances de êxito na superação dos obstáculos.

- **Tecnologia Assistiva e o atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais**

No que se concerne às possibilidades por meio da Tecnologia Assistiva (TA) e o atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais, analisamos as falas dos sujeitos S2, S3, S5, S7 e S9. Vejamos os relatos:

Existem as atividades que são adaptadas para a aluna, ela também faz as atividades com um é..sensoriais, a estimulação sensorial, que também faço, e a sensorial tanto na área visual, como no tato.(S2)

Então, tem muitas possibilidades, agora o que é necessário é que eles vão ter quando for para uma sala de aula um estagiário ali só para ele, do lado dele, porque inclusive a LBI, a LDB protege nesse sentido, né? Eles têm que ter. (S3)

As possibilidades são muitas, a gente vai ter que trabalhar em cima do que ela pode né? Do que ela tem condições ainda, ela não pode ficar sentada na cadeira dela com os meninos, mas ela pode ficar na cadeira própria dela, e ela pode sim participar dos momentos de roda, de música, do bom dia, de estar perto. A gente vai pintar, ela ainda não pinta, vamos pegar na mãozinha com o lápis. Isso a gente conseguiu fazer com ela. (S5)

Davi⁸ não se concentra na parte da atividade, mas se for uma atividade que ele goste, ele consegue realizar de outra forma, com um outro material que não seja aquele material que foi proposto para as outras demais crianças, então já é uma evolução. (S7)

Quando se fala de possibilidades, eu entendo também como uma expectativa, então eu quero que ele (aluno) desenvolva o cognitivo dele e que ele consiga ao menos responder as coisas que ele quer e o que ele não quer, entendeu. E que chegue logo esse tablet, que disseram que é tão bom, que ele vai aperta o sim e o não (botões), e vai sair a voz dele. E que chegue investimento com tudo que tem a sala de inclusão [...] a sala de recurso precisa ser feita para atender essas crianças, elas iram desenvolver, assim melhor. (S9)

Diante das falas dos sujeitos, tanto o atendimento na Sala de Recursos Multifuncionais como a presença da TA têm um papel importante no processo inclusão das crianças com microcefalia no âmbito educacional. Em todo o momento, os sujeitos relatam que as realizações das vivências nas creches para essas crianças, só acontecem porque existem esses mecanismo que ajudam na inclusão dos mesmos. Bersch (2017) afirma que TA são recursos e serviços que contribuem na ampliação das habilidades funcionais das pessoas com deficiência.

Recursos são todo e qualquer item, equipamento ou parte dele, produto ou sistema fabricado em série ou sob-medida utilizado para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais das pessoas com deficiência. Serviços são definidos como aqueles que auxiliam diretamente uma pessoa com deficiência a selecionar, comprar ou usar os recursos acima definidos. (ADA - American with Disabilities ACT 1994, apud BERSCH, 2017,p3)

Desse modo, a cadeira, lápis, o tablet, as atividades, dentre os artefatos mencionados na fala dos sujeitos, são TA, até mesmos a estagiária que acompanha a criança, pois ela naquele momento a sua função é de auxiliar o aluno ampliando suas habilidades. segundo Bersch, compreendemos o que é TA a partir do seguinte conceito:

A TA deve ser entendida como um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada e que se encontra impedida por meio circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento. (BERSCH, 2017, p.2)

⁸ Nome fictício para não identificar a criança.

A presença da TA proporciona à pessoa com deficiência uma melhor qualidade de vida, possibilitando a autonomia no desempenho das suas habilidades que foram comprometidas devido a deficiência que possui.

Em se tratando da Sala de Recursos a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência por meio do Decreto nº 7611/2011, define “as Salas de Recursos Multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do Atendimento Educacional Especializado”.

Esses espaços contribuem para maiores possibilidades no desenvolvimento como um todo, das pessoas com deficiência, onde as crianças com microcefalia também se enquadram.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados desse estudo, concluímos que tanto os desafios como as possibilidades no processo de inclusão educacional das crianças com microcefalia podem nortear e auxiliar o educador a compreender melhor as entraves e as expectativas desse processo.

Os desafios apontados nesse breve estudo, diz respeito a cinco subcategorias: a falta de estrutura física nas unidades educacionais, o acolhimento, a falta de formação para os profissionais, a rotina da creche e a fragilidade da saúde das crianças. Esses desafios não são vistos como bloqueios ou obstáculos para que os profissionais que lidam diretamente com essas crianças estagnem e não façam nada para reverter os desafios que se apresentam na realidade atual do contexto escolar. Mas ao contrário, esses desafios os motivam a buscarem novas estratégias para que, de fato, ocorra a inclusão educacional desse público.

Sobre às possibilidades que foram apontadas nessa pesquisa elas aparecem em duas subcategorias: condições de acesso e permanência na escola, e Tecnologia Assistiva e o atendimento na Sala de Recursos Multifuncionais. Elas se apresentam como um fator positivo nesse processo, pois é por meio delas que os profissionais percebem que é possível proporcionar um melhor desenvolvimento as crianças com microcefalia, seja

ele cognitivo, motor, afetivo ou social. Desse modo, quaisquer desenvolvimentos por parte dessas crianças são vistas por esses profissionais como grandes avanços.

Diante disso, quanto mais cedo essas crianças adentrarem nas instituições educacionais, e serem expostas as vivências presentes na escola, melhor será o seu desenvolvimento como todo.

Portanto, entendemos que essa pesquisa não exaure tudo que diz respeito aos desafios e as possibilidades na inclusão educacional das crianças com microcefalia decorrentes do Zika Vírus. Pois, como já citado em parágrafos anteriores, o mesmo discorre apenas sobre a perspectiva dos professores da sala regular, dos professores do Atendimento Educacional Especializado - AEE, dos Agentes de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial - AADEE, e por fim, da Gerência da Educação Especial da Rede municipal do Recife. Deixando assim, margem para que essa temática possa ser explorada a partir dos olhares de outros sujeitos, a exemplo: Quais os desafios e possibilidades na inclusão educacional das crianças com microcefalia, partindo da ótica de seus familiares e da gestão escolar (ou outros atores sociais que estão ligados a esse processo). Podendo essa temática também ser abordada em outros Municípios que tenham crianças diagnosticadas com microcefalia decorrente do Zika Vírus.

7 REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. *Por amor e por força: rotinas na educação infantil*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BERSCH, Rita. *A introdução à tecnologia assistiva*. Porto Alegre-RS: Assistiva - Tecnologia e Educação, 2017.

BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari. Característica da investigação qualitativa In:____. *Investigação qualitativa em educação*. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Editora Porto, 2013.

BRASIL. *Lei Federal nº 9394*, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>> Acesso em 05 de abril de 2018.

_____. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

_____. *Estatuto da pessoa com Deficiência*: Lei federal nº 13.146, 06 de julho de 2015. Brasília.

_____. *Lei Brasileira de Inclusão*. <<http://maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/03/Guia-sobre-a-LBI-digital.pdf>> acesso dia 02 de maio de 2018.

_____. Ministério da Saúde. *Boletim Epidemiológico*. Volume 48 Nº 6 – 2017 - secretaria de Vigilância à saúde. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/fevereiro/27/2017_003.pdf> Acesso em 01 de maio de 2018.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. “Educação Infantil: pra que te quero?”. In: CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. *Educação Infantil: pra que te quero?* - Porto Alegre: Artmed, 2001.

CÂMARA, R. H. “Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações”. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6 (2), jul - dez, 2013,179-191.

DIAS, Daiane da Silva; VERONEZ, Marcelo Henrique Gazolli. “Direito à saúde e à educação das crianças microcéfalas”. *Unisanta Law and social Science* - p. 111145;- 162; vol.6,nº 2 (2017). Disponível em <<http://ojs.unisanta.br/index.php/lss/article/view/824/884>> Acesso em 01 de maio de 2018.

FIGUEIRA, Emilio. *Caminhando em Silêncio: Uma introdução à Pessoas com Deficiência na História do Brasil*. São Paulo: Glz Editora, 2008.

GONSALVES, Elisa Pereira. *Iniciação à pesquisa científica*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

LIMA, Rebeka Rayane de; et. al. *Inclusão do aluno com microcefalia: a realidade das escolas públicas e privadas de Pernambuco*. IV CNEDU, 2017. Disponível em <http://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA1_ID2648_09092017145157.pdf> acesso no dia 05de abril de 2018.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SILVA, Ítalo Soares da. *Música e inclusão na educação infantil: Uma perspectiva para o desenvolvimento da criança com microcefalia*. Volume 3 N°1- (2017) Disponível, <
<https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/includere/article/view/7394>> acesso dia 05 de abril de 2018.

TRIVIÑOS, A.N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. *Orientações para a inclusão. Garantindo o acesso à educação para todos* - (tradução portuguesa por ALVES, Maria Adelaide; MENDONÇA, Dinah). Paris: UNESCO, 2005.

VILLACHAN-LYRA, P. e ALMEIDA, Eliana (2019). *Síndrome Congênita do Vírus da Zika, microcefalia e outras alterações do neurodesenvolvimento: guia prático para profissionais de educação*. Curitiba: Editora Appris. (no prelo)